

Debatedores defendem mais verbas para ações de enfrentamento ao câncer de mama

Um projeto de lei em discussão na Câmara cria o Fundo Nacional de Enfrentamento ao Câncer

Debatedores afirmaram nesta terça-feira (31), em audiência pública na Câmara dos Deputados, que faltam recursos públicos para colocar em prática as leis que garantem direitos à prevenção e ao tratamento do câncer de mama, o tipo mais comum entre as mulheres brasileiras.

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que neste ano serão registrados 73,6 mil novos casos de câncer de mama no País. Em 2021, a doença respondeu por 18.139 mortes, uma média de quase 50 óbitos por dia.

O assunto foi discutido em reunião organizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a [Secretaria da Mulher da Câmara](#), a pedido da deputada Delegada Ione (Avante-MG), em alusão ao Outubro Rosa (mês de conscientização quanto ao câncer de mama).

São diversas leis que beneficiam mulheres. Entre elas estão:

[Lei 9.797/99](#) : garante o direito à cirurgia plástica reconstrutiva da mama no Sistema Único de Saúde (SUS)

[Lei 10.223/01](#) : garante o pagamento de cirurgia plástica reparadora pelos planos privados de saúde

[Lei 12.802/13](#) : assegura às mulheres mastectomizadas o direito de ter as mamas reconstruídas na mesma cirurgia

[Lei 13.770/18](#) : determina que os procedimentos para obter a simetria das mamas e reconstruir a aréola mamilar integram a cirurgia reconstrutiva.

Aumento

Para a representante do Ministério das Mulheres, Josilene Santos, o aumento do orçamento para as políticas oncológicas é vital para colocar em prática as leis. “Você não consegue tirar uma política do papel se não tem verbas. Então, a gente precisa que essas verbas elas venham”, disse Santos.

A presidente da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (Recomeçar), Joana Jeker, defendeu a aprovação do [Projeto de Lei 4434/21](#) , do deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento ao Câncer (Funcâncer). A finalidade do fundo é gerar recursos para financiar as ações de prevenção, diagnóstico e tratamento contra o câncer.

Lacuna

Uma das representantes do Ministério da Saúde no debate, Patrícia Freire, admitiu problemas, mas disse que o aumento das verbas requer o esforço de todas as esferas administrativas. Ela também afirmou que o Orçamento atual foi elaborado pela administração Bolsonaro. “O orçamento contém, de fato, profundas lacunas que precisam ser remanejadas ao longo desse ano”, disse Freire.

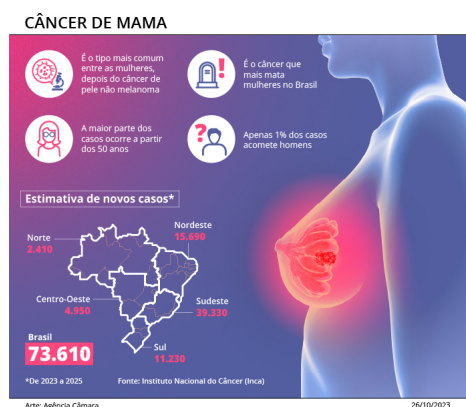
A deputada Delegada Ione (Avante-MG) reforçou a necessidade de mais recursos para as políticas oncológicas. “A verba para enfrentamento do câncer foi cortada em 45% entre 2020 e 2023. Realmente um retrocesso, uma realidade que precisamos aprimorar”, afirmou.

Mamografia

Outro problema apontado pelos debatedores é a baixa cobertura da mamografia, o principal exame de prevenção e diagnóstico do câncer de mama. Segundo a Sociedade Brasileira de

Mastologia (SBM), em 2021, a cobertura média foi de 20% das mulheres na idade recomendada (50 a 69 anos), bem abaixo dos 70% recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

“A nossa cobertura mamográfica não é adequada o suficiente para a gente conseguir reduzir mortalidade”, disse a mastologista Paula Saab, que representou a entidade.



Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 31.10.2023
